

Este livro resulta da compilação de textos selecionados, de entre 140 comunicações apresentadas na ESECS.IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, nos dias 20 e 21 de outubro de 2022, no XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e 10.ª Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, realizados conjuntamente. Os textos foram aprofundados, para esta publicação, e cruzam dois domínios simultaneamente distintos, mas, também, simultaneamente ‘irmãos’ na intervenção social empoderadora: a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social.

A Pedagogia Social, enquanto ciência matriz quer da Educação Social, quer da Animação Sociocultural, quer mesmo do Serviço Social moderno, aponta para tudo menos para o assistencialismo e para a caridade, na pretensa ajuda aos outros. Pelo contrário, alimenta profissões caracterizadas pela relação social de proximidade onde a escuta ativa, a comunicação, no seu sentido lato, a empatia e o partir do outro para a construção da sua própria autonomização são fundamentais. Inevitavelmente, a Pedagogia Social desemboca nessas profissões, não raras vezes, através da Mediação Intercultural (enquanto paradigma essencialmente preventivo, transformador e socioeducativo), onde o interventor, ao contrário da mediação clássica, é tudo menos neutro e imparcial. O Pedagogo Social tem intenções de mudança, o que implica uma (trans)formação de si, da visão sobre si próprio e da visão sobre os outros.



Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



198

Teoria e Prática da Pedagogia Social,  
da Mediação Intercultural e da Intervenção Social

Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán,  
José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira,  
Cristovao Margarido, Rui Matos e Rui Santos (orgs.)



Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán  
José Carlos Marques, Pedro Silva,  
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido,  
Rui Matos e Rui Santos (orgs.)

# TEORIA E PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL, DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán,  
José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira,  
Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos  
(Orgs.)

# TEORIA E PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL, DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E DA INTERVENÇÃO SOCIAL



Centro Interdisciplinar  
de Ciências Sociais  
CICS.NOVA@leiria.nova.pt



Instituto Politécnico de Leiria  
www.ipl.pt



Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



Associação Académica  
de Leiria  
www.aal.pt



Instituto Politécnico de Leiria  
www.ipl.pt



Edições Afrontamento

**Título:** Teoria e Prática da Pedagogia Social, da Mediação Intercultural e da Intervenção Social  
**Organizadores:** Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán, José Carlos Marques, Pedro Silva,  
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos

© 2023, Organizadores e Edições Afrontamento

**Revisão:** Ana Arqueiro

**Capa:** Edições Afrontamento / Departamento gráfico

**Edição:** Edições Afrontamento, Lda.

Rua de Santa Catarina, 895, 2.º D.º – 4000-455 – Porto

[www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt](http://www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt)

**Colecção:** Textos / 197

**N.º edição:** 2212

**ISBN:** 978-972-36-2029-0

**Depósito legal:** 523577/23

**Impressão e acabamento:** Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira  
[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

**Distribuição:** Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.  
[Comercial@companhiadasartes.pt](mailto:Comercial@companhiadasartes.pt)

Setembro de 2023

Este livro foi objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	7
<b>Capítulo 1</b> .....	13
Epistemologia, mediação intercultural e pedagogia social <i>Ricardo Vieira, Ana Maria Vieira</i>	
<b>Capítulo 2</b> .....	25
Cultura y subjetividad desde la perspectiva de la pedagogía social. Modelos conceptuales de la mediación intercultural educativa <i>Rosa Marí Ytarte, Roberto Moreno López, Rut Barranco Barroso</i>	
<b>Capítulo 3</b> .....	37
La mediación intercultural metodología de intervención social: más allá de la gestión de conflictos <i>María Carmen Quesada Muñoz</i>	
<b>Capítulo 4</b> .....	49
La mediación intercultural, una herramienta socioeducativa para la prevención y el cambio social <i>José Alberto Gallardo López</i>	
<b>Capítulo 5</b> .....	61
Processos e dimensões subjetivas e objetivas da construção da identidade profissional da educação social <i>Fátima Correia, Germán Vargas Callejas, Paulo Delgado</i>	
<b>Capítulo 6</b> .....	77
Processos de mediação intrapessoal através da fotografia e videografia terapêutica – pedagogias da convivência, narrativas e <i>mindsets</i> <i>Pedro Queirós Pinto, Ricardo Vieira</i>	
<b>Capítulo 7</b> .....	95
A “questão cigana” e a mediação intercultural <i>Micaela Lopes, Ana Maria Vieira</i>	

<b>Capítulo 8</b> .....	115
Da intervenção social intercultural no concelho de Leiria: diferentes respostas mediadoras <i>Joana Matias, Ricardo Vieira</i>	
<b>Capítulo 9</b> .....	129
Programa de promoção de competências socioemocionais em contexto escolar <i>Ana Salomé de Jesus, Ricardo Pocinho, Cristóvão Margarido, Eva María Torrecilla Sánchez</i>	
<b>Capítulo 10</b> .....	143
Formación en violencia de género, de profesionales que participan en el Programa CaixaProinfancia, en la Región de Murcia <i>Alicia González Caparrós, Encarna Bas Peña</i>	
<b>Capítulo 11</b> .....	155
<i>Clown</i> e intervenciones socioeducativas. Desarrollo de sentidos, imaginación, pensamiento y emociones <i>Mauricio Durán, Xavier Úcar</i>	
<b>Capítulo 12</b> .....	165
Circo social, escola, pedagogia social e mediação intercultural <i>Rodolfo Correia, Ricardo Vieira</i>	
<b>Capítulo 13</b> .....	179
Actividades de ocio en personas mayores. Una revisión sistémica <i>María Rosa Méndez Macías, Victoria Pérez de Guzmán, Rocío Cárdenas Rodríguez</i>	
<b>Capítulo 14</b> .....	201
Investigación-acción en escuelas de segunda oportunidad. Hacia una orientación comprometida con la justicia social <i>Soledad Romero Rodríguez, Victoria Pérez de Guzmán, Montserrat Vargas Vergara</i>	
<b>Capítulo 15</b> .....	215
Incidentes críticos, reflexividade, mediação interpessoal e intercultural na escolha da educação social como caminho profissional <i>Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques</i>	
<b>Sobre os Autores</b> .....	225
<b>Sobre os Organizadores</b> .....	233

## INTRODUÇÃO

O XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e a 10.<sup>a</sup> Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, realizados conjuntamente na ESECS.IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, nos dias 20 e 21 de outubro de 2022, cruzaram dois domínios simultaneamente distintos, mas, também, simultaneamente ‘irmãos’ na intervenção social empoderadora: a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social.

Há, ainda, uma grande lacuna de estudos sobre a relação da Pedagogia Social e, em parte, de todas as profissões sociais com a Mediação Intercultural que aposta no interventor que age dialogando, negociando, [mediando], empoderando, autonomizando, com práticas sempre de natureza relacional, no trabalho com sujeitos que pensam sobre si e sobre os outros e não com pessoas tantas vezes transformadas em objetos por parte do profissional social.

A Pedagogia Social, enquanto ciência matriz quer da Educação Social, quer da Animação Sociocultural, quer mesmo do Serviço Social moderno, aponta para tudo menos para o assistencialismo e para a caridade na pretensa ajuda aos outros. Pelo contrário, alimenta profissões caracterizadas pela relação social de proximidade onde a escuta ativa, a comunicação no seu sentido lato, a empatia e o partir do outro para a construção da sua própria autonomização são fundamentais. Inevitavelmente, a Pedagogia Social desemboca nessas profissões, não raras vezes, através da Mediação Intercultural (enquanto paradigma essencialmente preventivo, transformador e socioeducativo) onde o interventor, ao contrário da mediação clássica, é tudo menos neutro. É tudo menos imparcial, como se procurará discutir e refletir

## CAPÍTULO 7

### A “QUESTÃO CIGANA” E A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Micaela Lopes, Ana Maria Vieira

#### Introdução

O presente texto resulta de um projeto de investigação, realizado no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, tendo como ponto de partida o trabalho desenvolvido, enquanto técnica da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Braga, na 6.<sup>a</sup> geração do Programa Escolhas (PE), com algumas das comunidades ciganas de Vila Verde (Braga) que há mais de 20 anos vivem em situação de pobreza e exclusão social (Lopes, 2022).

Assim, de acordo com a realidade observada, e considerando a necessidade de estudos ou investigações (Mendes *et al.*, 2014), nomeadamente qualitativos, capazes de “contribuir para pensar políticas públicas, formas e processos de melhoria das condições de vida” (Casa-Nova, 2020, p. 49) da população cigana portuguesa, ou que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos ainda escassos sobre os ciganos em Portugal (Mendes *et al.*, 2014); considerando, ainda, o reconhecimento da importância da mediação intercultural no desenvolvimento dos jovens, crianças e suas famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, sentimo-nos motivados a desenhar o projeto de investigação: “*O papel dos técnicos do Programa Escolhas na intervenção social com crianças, jovens e famílias de etnia cigana do distrito de Braga. A teoria e a prática da mediação intercultural*”.

Neste sentido, procuramos, através de uma pesquisa qualitativa, descrever, entender e compreender, do ponto de vista dos sujeitos estudados, como se processa a intervenção social e as práticas de mediação intercultural dos técnicos do Programa Escolhas do distrito de Braga, no trabalho com comunidades ciganas, aproximando-nos do paradigma fenomenológico-interpretativo,

hermenêutico (Amado, 2013; Guerra, 2006). Como método, adotamos o estudo de caso e, no que diz respeito às técnicas de recolha da informação, elegemos a análise documental e a entrevista individual semiestruturada, aplicada a técnicos dos projetos do distrito de Braga do Programa Escolhas, que constituem a amostra do nosso estudo.

O projeto de investigação aqui apresentado, ainda que de forma breve, procura refletir acerca da complexidade da ‘questão cigana’, a importância de medidas políticas como o Programa Escolhas e a importância da mediação intercultural. Por fim, apresentamos os resultados e as conclusões da investigação.

### Da ‘questão cigana’ ao Programa Escolhas

É antiga a controvérsia em torno da ‘questão cigana’, não só em território português, mas também nos diferentes países europeus, suscitando múltiplas visões, vertidas em amplas discussões nas sociedades “ditas multiculturais e/ou interculturais e pautadas pelo princípio do universalismo” (Mendes *et al.*, 2019, p. 53). Segundo Silva *et al.* (2014), a proveniência do povo cigano tem gerado enorme discussão, surgindo muitas dúvidas sobre as suas origens, alimentadas por mitos e lendas, uma vez que não existe história documentada sobre este povo, sendo perpetuada apenas pela tradição oral. Com efeito, “sabemos pouco sobre esta comunidade de cidadãos, entretanto, portugueses. Sabemos pouco sobre a sua dimensão, a sua distribuição, as suas características” (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2008, p. 1).

Por outro lado, a identificação deste povo como um grupo étnico deve-se ao facto de partilharem uma história, uma cultura, uma ancestralidade biológica e linguística. Contudo, trata-se de um grupo composto por diversas comunidades, com as suas próprias especificidades (Dias *et al.*, 2006). Assim, e atendendo ao número de grupos distintos de uma comunidade, comumente vista como um todo, Mendez (2005, como citado em Montenegro, 2012) refere a dificuldade de se falar em “cultura cigana”, de forma unívoca, uma vez que considera que, quando nos referimos a comunidade cigana, estamos a falar de grupos em diferentes lugares e conjunturas. No entanto, estes apresentam certos traços comuns, ou formas organizativas partilhadas, que concorrem para a constituição de um núcleo cultural amplamente partilhado.

Ora, se, por um lado, o modo diferenciador de viver dos grupos étnicos lhes confere identidade, por outro, acaba por os empurrar para uma situação de vulnerabilidade que em nada favorece o seu processo de inclusão, podendo

até potenciar formas de exclusão social. Assim, existe nestas comunidades um processo de autofechamento, construído através de uma multiplicidade de estratégias, com vista à defesa e preservação de determinados aspetos culturais; são estratégias baseadas na “auto-reprodução do grupo” (Casa-Nova, 2009, p. 109), alimentando uma “sociabilidade maioritariamente intra-étnica, reforçando os laços de amizade e de parentesco” (Casa-Nova, 2009, p. 109). Esta coesão grupal assume carácter protetor face ao grupo maioritário “o outro”, funcionando como um “muro invisível” que separa os dois mundos (Casa-Nova, 2020), e, como refere Amiguinho (2020), são comunidades que “não se deixam ver’ ou abrir completamente” (p. 34).

Esse facto, de acordo com o *Estudo Nacional Sobre as Comunidades Ciganas* (Mendes *et al.*, 2014), é visível, ao longo da história, através da construção de barreiras sociais, assentes em estereótipos e representações sociais que são feitas sobre os ‘outros’ diferentes de ‘nós’. Perante essa realidade, os indivíduos ‘outros’, vítimas dessa classificação, acabam por ter de fazer um caminho mais longo e penoso para atingir o mesmo que aqueles que são livres de qualquer estereótipo e representação social depreciativa. Assim, esse “marcador étnico” é a pedra basilar para a produção das desigualdades e os respetivos processos de exclusão social (Guerra *et al.*, 2002, como citado em Castro, 2010).

Em teoria, todos os indivíduos estão em posição igualitária em termos de acesso aos direitos cívicos, sociais e políticos; no entanto, a sociedade dominante propõe modelos únicos no sentido de promover a ‘normalização’. Assim, apesar de legalmente salvaguardados os direitos de todos, de facto, o acesso não é proporcionado de igual forma a todos os cidadãos, na medida em que não são asseguradas as especificidades de todos os grupos (Benavente *et al.*, 1997, como citado em Magano & Silva, 2000). As pessoas de etnia cigana, tal como as de outros grupos minoritários desfavorecidos, veem muitas vezes dificultados os seus direitos de participação. Vivem, frequentemente, numa posição marginal relativamente ao poder, perpetuando a sua exclusão do sistema, pela dificuldade do livre exercício da cidadania (Magano & Silva, 2000). A posição marginal que este grupo assume face aos diferentes sistemas está relacionada com a pobreza e a exclusão de que é vítima, reforçando-se mutuamente nas sociedades atuais, isto é, muitas vezes, a exclusão do mercado de trabalho favorece a pobreza, e esta, por sua vez, impede o acesso à educação, habitação, saúde, lazer. Essa situação de excluído dificulta a configuração de uma identidade social, quer seja no trabalho, na comunidade ou na própria família. Nas palavras de Rosanvallon (1995, p. 204, como citado em Dias *et al.*, 2006), eles, “os excluídos, não constituem uma classe, uma ordem, indicam, antes, uma falta, uma falha no tecido social” (p. 23).

Ora, é comumente aceite que os ciganos estão em Portugal há 500 anos (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural [ACIDI], 2013); contudo, e apesar de já ser longa a permanência deste povo no nosso país, verifica-se que a sua história é feita de lutas, conflitos e persistências, reveladoras das representações sociais negativas da sociedade maioritária em relação à população cigana. Este facto é ainda visível atualmente, uma vez que este povo continua a ser dos mais visados em termos de rejeição, racismo e condições materiais de existência deficitárias, persistindo e alimentando-se, deste modo, os estereótipos e uma visão frequentemente negativa sobre essa minoria, na globalidade. Essa perceção negativista, pautada pela desconfiança secular mútua, enforma um tipo de relação entre a população portuguesa cigana e a restante, existindo claramente uma separação entre o ‘nós’ e os ‘outros’ (ACIDI, 2013; Casa-Nova, 2020), uma “ciganofobia”, como intitula Bastos (2013, p. 126, como citado em Silva *et al.*, 2014), ou, como refere Casa-Nova (2020), esses “estranhos-próximos que quase todos querem ver socialmente distantes” (p. 58).

Paralelamente a estas questões, a vulnerabilidade das comunidades ciganas em Portugal é apontada por Amiguinho (2020), Casa-Nova (2006, 2009, 2020), Dias *et al.* (2006), Magano (2010), Magano e Mendes (2014), Magano e Silva (2000), Mendes (2005, 2015), Mendes *et al.* (2014, 2019) e Silva *et al.* (2014), nomeadamente no que respeita aos mecanismos de empobrecimento, marginalização, guetização, desvinculação estrutural face ao mercado formal de emprego, baixa qualificação profissional, elevada taxa de analfabetismo, absentismo escolar, forte estigma e abandono escolar precoce, que acabam por constituir um fosso em termos sociais e de oportunidades, aumentando a distância social e potenciando uma relação de fragilidade e subalternidade que, conseqüentemente, originam processos de exclusão social. Com efeito, continuam a ser evidenciadas múltiplas fragilidades nestas comunidades, como é referido no recente *Relatório de Monitorização da Sociedade Civil Sobre a Implementação da Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas em Portugal* (EAPN Portugal, Associação Letras Nómadas & Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 2019):

as Comunidades Ciganas continuam, na generalidade, a ser um grupo social muito exposto a fenómenos de pobreza e exclusão social... vivem em condições precárias de habitação, com baixas qualificações escolares e profissionais e com dificuldade de acesso à maioria dos bens e serviços... Estes elementos impedem estes cidadãos de saírem das situações de vulnerabilidade e exclusão social em que se encontram sendo um entrave à sua inclusão. Esta situação constitui um ciclo vicioso que se auto-perpetua e que reforça a exclusão nas suas mais diversas formas. (p. 9)

Por outro lado, e embora a feição intercultural e universalista das políticas públicas seja aceite e defendida pelos portugueses, continuamos a assistir, por parte das instituições, ao não reconhecimento ou reconhecimento incorreto do que é ser cigano, bem como ao seu (des)enquadramento social no espaço público, situação que afeta negativamente as várias dimensões da vida das pessoas ciganas. Assim, o universalismo das políticas sociais não tem surtido os efeitos desejados no que respeita à redução dos níveis de pobreza, exclusão, discriminação e racismo vivenciado pelos portugueses ciganos (Mendes, 2015).

Interessa, pois, refletir sobre a orientação das políticas públicas para a intervenção com a população cigana, tarefa complexa, na medida em que não parece fácil encontrar uma caracterização que considere a heterogeneidade dos destinatários dessas políticas (Castro, 2010).

Neste sentido, várias têm sido as medidas e políticas, nomeadamente o Programa Escolhas, um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro, sucessivamente renovado até 31 de dezembro de 2020, com a missão de promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis, particularmente de descendentes de migrantes e de crianças e jovens ciganos/as, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social (Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020, de 15 de setembro). É tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros e está integrado no Alto Comissariado para as Migrações (Programa Escolhas, s.d., “O que é o Programa Escolhas”).

Enquanto política pública, o Programa Escolhas constitui-se como um modelo de referência, nacional e internacional, sendo que, ao longo das diferentes gerações, a mediação surge enquanto processo que contribui para melhorar a comunicação intercultural, a relação e a integração de pessoas ou grupos presentes num território, visando sobretudo a coesão social, o desenvolvimento e a vivência plena da cidadania.

A este propósito, Glória Carvalhais (2013), coordenadora Norte do Programa Escolhas na 7.ª geração, reforça a importância dos princípios de mediação, referindo que os projetos devem acontecer em proximidade, com intervenção da mediação, adaptada aos contextos dos públicos. Por sua vez, a promoção da mediação escola-família surge como um excelente modo de facilitar o processo de comunicação entre a escola e as comunidades e como forma de diluir algumas representações sociais que são fatores potenciadores do (in)sucesso escolar (Cortesão *et al.*, 2005). Na mesma linha de pensamento, Rosa Monteiro, enquanto Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, afirma que “a mediação intercultural é uma ferramenta fundamental para

promover espaço de interação positiva, de conhecimento mútuo, entre a diversidade de que são feitas as nossas sociedades” (Programa Escolhas, s.d., “Regulamento do Programa Escolhas”).

Neste sentido, a mediação surge como um dos princípios gerais do Programa Escolhas e, de acordo com o artigo 5.º do capítulo II do regulamento da 8.ª geração do Programa Escolhas (Programa Escolhas, s.d., “Regulamento do Programa Escolhas”), “os projetos deverão favorecer intervenções de proximidade recorrendo sempre que necessário ao trabalho de rua e à mediação intercultural, adaptando-se aos contextos e horários dos públicos, entendendo globalmente a sua intervenção enquanto um processo de mediação social” (para. 4). Por outro lado, aponta-se no mesmo regulamento que “os projetos deverão trabalhar a coesão interna das comunidades, procurando o diálogo, o conhecimento mútuo, a convivência positiva entre todas as culturas possibilitando, em simultâneo, a criação de pontes entre indivíduos e comunidades – diálogo intercultural” (Programa Escolhas, s.d., “Regulamento do Programa Escolhas”).

### Mediação intercultural

As mudanças operacionalizadas no mundo globalizado trazem uma nova ‘complexificação’ social, fazendo com que nos confrontemos com novos contextos, nos quais uma pluralidade de novas culturas interage, num diálogo cultural nem sempre possível. Atualmente “o uniforme e homogêneo deu lugar ao complexo, plural e mestiço” (Ortega *et al.*, 2007, p. 494, como citado em Oliveira & Freire, 2009, p. 13) e esta transformação exige novas formas de justiça e compreensão, bem como novas formas de relações sociais que possibilitem a partilha de experiências, a fim de evitar situações de conflito pela negação do diálogo intercultural (Oliveira & Freire, 2009).

A inclusão social não pode ser percebida como resposta “fim de linha” (A. Vieira & R. Vieira, 2016a), mas antes ser considerada “numa perspetiva holística de responsabilidade social e de prevenção e mudança social” (Torremorell, 2008, como citado em Matias & Vieira, 2018, p. 25), a par do Estado. Nessa perspetiva de inclusão social, para Matias e Vieira (2018), a educação assume lugar importante, tal como a eliminação de barreiras e de “estereótipos sobre os processos de exclusão e culpabilização” (p. 25), de forma a tornar possível a redefinição de objetivos e projetos de vida dos “excluídos” (Matias & Vieira, 2018, p. 25).

Assim, e partindo do princípio de que viver em sociedade significa, de alguma forma, viver entre diferentes, é necessária uma prática efetiva de “uma compreensão do outro, uma intercompreensão, e que vá, claro, para além da tolerância, uma prática de educação social que a pedagogia social pode potenciar” (A. Vieira & R. Vieira, 2016b, p. 96). Neste sentido, “conviver é viver com os outros” (Jares, 2007, como citado em A. Vieira & R. Vieira, 2016b, p. 98), e, embora reconhecendo que “não é tarefa fácil viver entre diferentes”, esta é uma realidade cada vez mais presente no discurso social (A. Vieira & R. Vieira, 2016b, p. 96).

Por outro lado, o contacto intercultural não significa perda da identidade cultural, mas antes o progresso de uma cultura em contacto com outra. Neste sentido, o desenvolvimento intercultural será possível através da comunicação, da “mescla cultural” que possibilita a criação de “valores interculturais” (Matias, 2016). Surge, deste modo, o conceito de interculturalismo, que, segundo Giménez (2010), implica convivência, cidadania política e social, sendo que a interação sociocultural positiva é realizada numa abordagem de comunicação, de aprendizagem e de resolução de conflitos entre diferentes culturas. Esta abordagem pluralista remete para uma participação multicultural, onde a convivência cultural é realizada com base nos princípios da cidadania, do direito à diferença e da unidade na diversidade.

Posto isto, “os contextos de diversidade cultural significativa precisam, frequentemente, de mediação” (Calado, 2016, p. 6), que, enquanto processo, contribui para “melhorar a comunicação intercultural, a relação e a integração de pessoas ou grupos presentes num território, visando sobretudo a coesão social, o desenvolvimento e a vivência plena da cidadania” (Calado, 2016, p. 6). Assim, as novas realidades sociais necessitam de respostas articuladas dentro dos sistemas, através da criação de “figuras e dispositivos de mediação” (Freire, 2008a, como citado em Oliveira & Freire, 2009, p. 13) que tornem possível a comunicação e onde a mediação se assume como um recurso capaz de fortalecer a coesão e os laços sociais (Oliveira & Freire, 2009).

No que concerne à mediação intercultural, e na tentativa de corporizar a teorização da mediação intercultural, Giménez (1997, p. 142, como citado em Giménez, 2010), refere que mediação intercultural é uma

modalidade de intervenção de partes terceiras, em e sobre situações de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do Outro e a aproximação das partes, a comunicação e compreensão mútuas, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação do conflito e a adequação institucional, entre actores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados. (p. 67)

Neste contexto, segundo Costa *et al.* (2018), “a mediação intercultural é fundamental para a inclusão, para a mudança social, para a coesão social, bem como para a transformação e humanização do sujeito na (re)construção do eu e do nós” (p. 214). Os mesmos autores referem ainda Cunha e Lopes (2001, p. 21, como citado em Costa *et al.*, 2018, p. 214), os quais afirmam que a mediação intercultural se apresenta como uma função-chave para que a comunicação intercultural se realize. Deste modo, o processo de inclusão social e a construção de laços sociais são potenciados pela mediação, sendo que mediar é estabelecer a comunicação para a criação de pontes que facilitem a informação e o aconselhamento, mas também o compromisso entre as instituições e os indivíduos ou grupos, numa base de confiança (Azevedo, 2007, p. 3, como citado em Costa *et al.*, 2018). Nesse “movimento multifacetado variado e pluralista” (R. Vieira & A. Vieira, 2018a, p. 84) que é o processo de mediação, os objetivos são expressos pelo binómio “ganhar-ganhar” (R. Vieira & A. Vieira, 2018a, p. 84).

Neste sentido, mediação intercultural atravessa os vários domínios do social, atuando numa perspetiva preventiva, em diferentes formas de mediação (comunitária, sanitária, escolar, familiar, laboral, jurídica, etc.) muito para além da resolução de conflitos, sendo, essencialmente, transformadora das relações sociais (A. Vieira & R. Vieira, 2016b). Assim, a mediação intercultural é criativa, renovadora, preventiva e terapêutica, no sentido em que deve ser capaz de criar e possibilitar novas e melhores relações entre as partes mediadas e atuar na prevenção de conflitos, auxiliando as pessoas envolvidas a encontrar soluções e caminhos para a sua resolução (Sani, 2015, p. 2583, como citado em Marques *et al.*, 2020). Nesta linha, a mediação intercultural pressupõe o incremento da coesão social, promove o diálogo e a conseqüente aceitação de diferentes versões da realidade. Além disso, defende a pluralidade, sendo um contributo para a participação democrática, na medida em que promove a livre tomada de decisões e compromissos (R. Vieira & A. Vieira, 2016, 2017, 2018b). Este processo não é automático, pois, como defende Torremorell (2008),

não deduzimos que os processos de mediação, por si só, venham a construir a ponte social para um futuro mais humanizado, mas sim que tais processos talvez assentem uma das pedras que nos ajudarão a cruzar o rio em ambos os sentidos. (p. 8)

Assim, e reconhecendo, neste âmbito, a importância da mediação, nomeadamente da mediação intercultural, enquanto prática empoderadora e transformadora, que procura promover a coesão social nos contextos de diversidade

cultural significativa (A. Vieira & R. Vieira, 2016a; Giménez, 2010; R. Vieira & A. Vieira, 2016, 2017, 2018a), entende-se que esta surja como uma ferramenta fundamental na intervenção social com as comunidades ciganas. Adotando a visão de R. Vieira e A. Vieira (2016), a mediação surge como “uma estratégia de construção de pontes e trânsito entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais” (p. 27). Nessa linha de pensamento, reconhecemos, no já referido projeto de investigação, o Programa Escolhas como a ‘ponte’, sendo que os seus técnicos surgem como ‘pedras basilares’ dessa ponte que liga as ‘margens’ entre a sociedade maioritária e as comunidades ciganas.

## Metodologia

Relativamente à metodologia, pretendemos, através de uma pesquisa qualitativa, descrever, entender e compreender, do ponto de vista dos sujeitos estudados, como se processam a intervenção social e as práticas de mediação intercultural dos técnicos do Programa Escolhas do distrito de Braga, no trabalho com comunidades ciganas, aproximando-nos do paradigma fenomenológico-interpretativo, hermenêutico (Amado, 2013; Guerra, 2006). Adotámos, por isso, como método, o estudo de caso, considerando o seu “carácter descritivo, intensivo, analítico, holístico e particularista” (A. Vieira, 2016, p. 200). Deste modo, a investigação insere-se no campo das ciências sociais e permite-nos situar numa perspetiva essencialmente compreensiva, não existindo preocupações com generalizações, isto é, pretendendo-se uma investigação de exemplaridade e não de representatividade numérica (Flick, 2005).

No que diz respeito às técnicas de recolha da informação (Amado, 2013; Bell, 2010; Carmo & Ferreira, 1998; Guerra, 2006), elegemos a análise documental e a entrevista individual semiestruturada. Quanto ao universo de análise, técnicos do Programa Escolhas, selecionámos uma amostra por conveniência, entrevistando dois técnicos por projeto. Os “resultados não podem ser generalizados à população à qual pertence o grupo de conveniência, mas do qual se poderão obter informações preciosas” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 197). Relativamente à análise documental, e sendo uma técnica de investigação em que o trabalho se centra na recolha de fontes documentais, procurou-se recolher o “testemunho” de outros investigadores que anteriormente estiveram no terreno, o qual Carmo e Ferreira (1998) denominam de “passagem de testemunho” (p. 59). Assim, foi feita uma análise dos documentos relativos a projetos em estudo, nomeadamente relatórios de execução, ou partes destes,

e ainda, com especial incidência, trabalhos de investigação recentemente realizados, com componente empírica, sobre pessoas ciganas.

O presente projeto de investigação adotou uma questão orientadora, que nos conduziu ao longo da pesquisa, designadamente: de que forma os técnicos do Programa Escolhas da 7.<sup>a</sup> geração, do distrito de Braga, desenvolvem práticas de mediação intercultural, no contexto de intervenção com crianças, jovens e famílias de etnia cigana?

Por conseguinte, traçámos alguns objetivos que nos ajudaram a definir o intuito da nossa investigação, nomeadamente o objetivo geral – analisar as práticas de mediação intercultural realizadas por equipas do Programa Escolhas da 7.<sup>a</sup> geração do distrito de Braga, com crianças, jovens e famílias ciganas – e os seguintes objetivos específicos: realizar uma revisão da literatura sobre as principais políticas públicas e sociais associadas aos processos de integração das comunidades ciganas, na sociedade portuguesa; caracterizar o contexto onde ocorre a intervenção dos técnicos do Programa Escolhas; perceber a forma como é realizada a intervenção dos técnicos do Programa Escolhas; identificar e tipificar as práticas de mediação intercultural desenvolvidas pelos técnicos do Programa Escolhas no apoio às crianças, jovens e famílias de etnia cigana, e conhecer obstáculos inerentes à prática da mediação intercultural, tanto na atuação familiar como no trabalho em equipa com famílias de etnia cigana.

## Resultados

Através de uma metodologia de carácter qualitativo, próxima do paradigma fenomenológico-interpretativo, hermenêutico, selecionando o método estudo de caso, com recurso à combinação de alguns instrumentos de recolha de dados (recolha de informação e aplicação de entrevistas a dois técnicos de cada projeto do distrito de Braga), procurou-se responder à questão central da presente investigação. Foi-nos possível, não só responder a essa questão, como também responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos e, ainda, chegar a um conjunto de conclusões.

Percebemos que, apesar de estarmos a falar de realidades diversas em concelhos e cidades diferentes, do distrito de Braga, na verdade, o contexto em que vivem as comunidades ciganas intervencionadas pelos técnicos dos diferentes projetos do Programa Escolhas não é assim tão distinto. Com efeito, tendo o nosso estudo incidido sobre projetos em diferentes cidades, constatamos que estas subcomunidades sofrem os mesmos problemas estruturais,

nomeadamente discriminação laboral, baixos níveis de educação e formação, bem como segregação residencial (acampamentos ou bairros sociais), vivendo em situação de pobreza e exclusão social.

Percebemos, também, que estamos perante comunidades maioritariamente sedentárias, havendo apenas um acampamento onde se regista alguma movimentação de pessoas, contrariando, de algum modo, a visão que prevalece na sociedade de que os ciganos são nómadas por opção, o que inviabiliza ou dificulta a sua integração.

Outro dado apurado é que estas comunidades são fortemente discriminadas e fruto de muitos estereótipos por parte da sociedade maioritária. Esta “ciganofobia” (Bastos, 2013, p. 126, como citado em Silva *et al.*, 2014) traz inúmeras dificuldades, nomeadamente ao nível da integração do público-alvo em alojamento não social, no mercado de trabalho e na integração de crianças não ciganas nos diferentes projetos. De facto, percebe-se a existência de um “muro invisível” que separa os dois mundos (Casa-Nova, 2020), predominando, como parcialmente evidenciámos, atitudes preconceituosas e práticas de discriminação, dando lugar a relações perpassadas por estratégias de evitamento, rebaixamento e hostilidade que agudizam ainda mais a exclusão social.

Consequimos, ainda, apurar que a premissa de que os ciganos não vão à escola, nestas comunidades, é um mito, tendo sido possível observar, no âmbito dos diferentes projetos, que os ciganos vão à escola, ainda que muitas vezes o façam, não pela valorização da mesma, mas devido, em muito, a dois fatores: a imposição das políticas sociais, como a do RSI (a população intervencionada é maioritariamente beneficiária desta medida), e o trabalho realizado pelos técnicos dos projetos ao longo do período de tempo que estiveram no terreno. Existe, contudo, uma maior desvalorização da integração das mulheres nas escolas, fruto de uma cultura enraizada onde a mulher é vista como alguém que deve limitar-se ao trabalho doméstico e a cuidar dos filhos e restantes familiares, sobretudo dos mais velhos.

Observamos, ainda, a existência de uma certa discriminação dentro da própria comunidade, nomeadamente dos ciganos mais pobres ou de origem galega, registando-se diversas situações de tensão e conflito, rompendo com a conceção social de que este povo é intrinsecamente unido, constituindo-se, simultaneamente, como paradoxo, tendo em conta que, no que diz respeito à cultura cigana, estas comunidades se unem em torno da preservação da sua cultura, mentalidade e valores. Esta união para a preservação de identidade cultural pode ser vantajosa, mas pode também constituir-se como desvantagem. Assim, se a preservação da sua cultura acaba por funcionar como uma

‘parede invisível’ como uma forma de proteção e defesa face ao exterior, percebido como ameaça, por outro lado, parece contribuir para a separação face à sociedade maioritária, o que constitui uma desvantagem, uma vez que dificulta a construção de processos de integração nas suas múltiplas dimensões, aumentando a barreira entre o ‘nós’ e os ‘outros’ (ACIDI, 2013; Casa-Nova, 2020; Mendes, 2005; Mendes *et al.*, 2014). Além disso, o casamento precoce, o luto, a desvalorização da escola, a falta de compromisso e a gravidez precoce são entraves à atuação dos técnicos. No campo das vantagens, a cultura cigana, nos contextos de intervenção estudados, surge como um fator de integração, na medida em que as estratégias utilizadas e as atividades proporcionadas servem-se, muitas vezes, do gosto pela música ou pela dança, ou estão ligadas a referências ciganas, sendo fatores de atração e aproximação entre os técnicos e o público-alvo, o que, conseqüentemente, acaba por tornar mais eficaz a intervenção.

Descobrimos também que todos os sujeitos entrevistados reconhecem a importância da mediação intercultural, ainda que não a identifiquem diretamente nas suas práticas. Esta faz parte das suas intervenções, nomeadamente no acompanhamento de proximidade em ambientes multiculturais dos jovens e famílias ciganas, procurando o estabelecimento de relações empáticas e a conquista de confiança. Para todos os técnicos o processo inicial foi de alguma dificuldade, destacando a desconfiança das comunidades intervencionadas.

Percebemos, igualmente que a filosofia do Programa Escolhas assenta no pilar da mediação e que todos os técnicos agem segundo as suas premissas, ainda que de uma forma quase sempre espontânea, de acordo com as competências intrínsecas aos seus perfis, não só profissionais, mas também pessoais, sendo apontadas características como: capacidade de adaptação e de improviso, resiliência, capacidade de comunicação, capacidade de mediação, polivalência, dinâmica, empatia, facilidade no estabelecimento de relações, um discurso positivo, entre outras.

Ainda no que toca à mediação intercultural, foi possível perceber que todos os técnicos se regem por estratégias de educação não formal, com uma clara aposta no desenvolvimento de competências sociais e pessoais, mas também na capacitação e implicação dos participantes e na procura da sua valorização e autonomia, procurando assim contribuir para a construção de projetos de vida individuais que conduzam ao *empowerment* pessoal, educacional e profissional, capaz de minimizar as conseqüências da reprodução geracional da pobreza e exclusão social. Neste sentido, há uma aposta consciente na promoção de práticas de cidadania ativa, através do recurso a metodologias participativas, que implicam a participação ativa dos destinatários, assumindo-

se como uma intervenção local e de proximidade, onde os diferentes técnicos procuram alcançar a coesão social, a autonomia e o empoderamento das populações intervencionadas.

Quanto às práticas de intervenção, no que respeita aos objetivos traçados, estes assentam fortemente na prevenção; contudo, a remediação não deixa de estar presente na prática, assumindo particular importância em muitos casos. Por outro lado, é dada enorme relevância à transformação, através da relação de proximidade estabelecida entre os técnicos e as comunidades, baseada nos princípios da escuta ativa, compreensão e respeito pelo outro, da capacitação e do reconhecimento dos indivíduos, grupos e comunidades.

Percebe-se, assim, que os técnicos, no processo de empoderamento, procuram dotar as comunidades ciganas de ferramentas e estratégias com vista ao acesso a novas oportunidades, tentando atenuar as assimetrias existentes e minimizar o facto de estas populações intervencionadas viverem em territórios de exclusão. A título de exemplo, aquando da pandemia COVID-19, os técnicos do Programa Escolhas foram o canal de comunicação, muitas vezes o único, entre as comunidades ciganas e a escola, e em alguns casos entre estas e a comunidade maioritária, concluindo-se que, nessa fase, os projetos Escolhas foram fulcrais, estando os seus técnicos ‘na linha da frente’ na intervenção com estas comunidades, contribuindo visivelmente para atenuar as dificuldades inerentes à sua condição info-excluída e sem acesso a computadores e Internet.

Descobrimos, assim, que os diferentes técnicos se assumem como ‘pontes’, na relação escola-comunidades e comunidades-sociedade maioritária, onde a comunicação é chave no trabalho que desenvolvem, algo muito importante e fundamental, classificando-se eles próprios, em muitos casos, como tradutores, não só linguísticos, mas, também, culturais (porque os códigos culturais são muito diferentes). Neste sentido, os técnicos do Programa Escolhas surgem como terceiras pessoas que fomentam a intercompreensão e a interculturalidade, procurando o entendimento, a ausência de conflitos sociais e a sã (con)vivência e assumindo-se como a voz das comunidades, prevenindo, assim, o afastamento das estruturas de apoio social e dos serviços de saúde, ou até promovendo a ligação ou comunicação nunca antes existente.

Falando agora, em particular, da escola, e percebida a importância da educação no seio do desenvolvimento e bem-estar das sociedades e indivíduos, esta assume-se como fulcral. Assim, numa escola que se quer para todos (A. Vieira, 2016; A. Vieira & R. Vieira, 2017), os técnicos dos diferentes projetos, ao construírem uma relação de proximidade com o aluno e a sua família, superior à de muitos dos professores, tornam-se fundamentais no estabele-

cimento da ligação entre escola, família e comunidade em geral. Os técnicos criam 'pontes', tornando mais fácil a comunicação e contribuindo, assim, para a minimização do "choque cultural" (R. Vieira & A. Vieira, 2016; Silva, 2003, 2014), a que muitas crianças ficam sujeitas ao chegarem à escola, e, por outro lado, apostam no processo de corresponsabilização dos pais, procurando a valorização da escola por parte destes e um maior acompanhamento do percurso escolar dos filhos.

Foi ainda objetivo nosso identificar os obstáculos encontrados durante a intervenção da mediação intercultural, os quais agrupamos em quatro grandes problemas/dificuldades: a questão cultural e a discriminação, já abordadas, as questões relacionadas com a própria dinâmica e estrutura dos projetos Escolhas, e a pandemia COVID-19. Quanto à dinâmica e estrutura dos projetos, foram identificados obstáculos à intervenção da mediação intercultural, tendo sido apontadas como dificuldades a constante pressão exercida em torno dos números, metas, e na sua concretização, bem como o orçamento muito limitado, que origina equipas muito reduzidas para um trabalho bastante exigente, conduzindo, muitas vezes, ao desgaste, frustração e desistência por parte dos técnicos. Outra realidade sentida como obstáculo à intervenção foi a pandemia COVID-19, que, para além de afetar negativamente toda a intervenção prevista no último ano de projeto, também acabou por afetar negativamente as comunidades ciganas alvo de intervenção, sendo que, para vários técnicos, teve um efeito devastador, originando uma regressão face aos objetivos do programa, dado estarmos a falar de populações muito fechadas, que não possuem literacia digital nem acesso a meios digitais.

Por tudo o que acabámos de expor e refletir, estes atores sociais levam para o terreno um conjunto de práticas com vista ao empoderamento e à transformação dos sujeitos com os quais intervêm, designadamente, e em especial, as comunidades ciganas. Essas transformações são reconhecidas e valorizadas por todos e, apesar de, em muitos casos, não serem mensuráveis, são fulcrais e revelam aquele que acaba por ser o papel principal do técnico do Programa Escolhas, o de transformador. Face ao exposto, os técnicos do Programa Escolhas são mediadores interculturais, na medida em que adotam práticas catalisadoras, transformadoras e empoderadoras das comunidades que intervencionam e onde se incluem não apenas os ciganos, como também a própria comunidade, a qual acaba por beneficiar, no seu todo. Confirma-se, por isso, que o Programa Escolhas surge como uma 'ponte', sendo que os seus técnicos são as 'pedras basilares' dessa ponte que liga as 'margens' entre a sociedade maioritária e as comunidades ciganas.

Debruçando-nos, neste ponto, sobre as políticas públicas e sociais com impacto na integração das comunidades ciganas, foi possível concluir que há mudanças sociais em curso e com impactos em várias dimensões da vida das pessoas ciganas (registra-se um maior número de situações de crescente interesse pela escola e pelo cumprimento da escolaridade obrigatória; a redução do absentismo e abandono escolar por via do RSI e da implementação de projetos; a diminuição da criminalidade, entre outros). Contudo, as medidas e políticas públicas não têm sido suficientes para um combate eficaz à situação de pobreza e exclusão social destas comunidades, persistindo uma "desigualdade crónica" (Mendes *et al.*, 2014) e continuando em falta uma intervenção mais focada nas esferas da habitação e emprego, de modo a minimizar ou anular lógicas de dominação e de segregação desta população.

## Conclusão

Considerando a forte exclusão social e vulnerabilidade que as comunidades ciganas sofrem em Portugal (Amiguiño, 2020; Casa-Nova, 2006, 2009, 2020; Castro, 2010; Dias *et al.*, 2006; Magano, 2010; Magano & Mendes, 2014; Magano & Silva, 2000; Mendes, 2005, 2015; Mendes *et al.*, 2014, 2019; Silva *et al.*, 2014) e a importância das práticas de mediação intercultural na coesão social e empoderamento das populações mais vulneráveis (A. Vieira & R. Vieira, 2016a; Giménez, 2010; R. Vieira & A. Vieira, 2016, 2017, 2018a), esta investigação teve como objetivo geral analisar as práticas de mediação intercultural realizadas por técnicos do Programa Escolhas da 7.<sup>a</sup> geração com crianças, jovens e famílias ciganas.

Concluimos que os técnicos do Programa Escolhas são mediadores interculturais, na medida em que adotam práticas catalisadoras, transformadoras e empoderadoras das comunidades que intervencionam e onde se incluem não apenas os ciganos, como também a própria comunidade, a qual acaba por beneficiar, no seu todo. Confirma-se, por isso, que o Programa Escolhas surge como uma 'ponte', sendo que os seus técnicos são as 'pedras basilares' dessa ponte que liga as 'margens' entre a sociedade maioritária e as comunidades ciganas.

Para além das conclusões apresentadas, cabe-nos ainda reconhecer algumas dificuldades/limitações sentidas aquando da realização da investigação, bem como a perceção de que se poderia ter ido mais longe, se o espaço temporal o permitisse, ou se a pandemia COVID-19 e os seus efeitos não se tivessem feito sentir, inviabilizando, por exemplo, visitas ao terreno e observação direta. Por

outro lado, importa dizer que a investigação ficaria mais enriquecida com o contributo dos beneficiários diretamente intervencionados, as comunidades ciganas, e ainda de elementos do consórcio.

Esta investigação, para além de enformar uma nova visão sobre as comunidades ciganas, conduziu-nos a novas interrogações. Uma dessas interrogações diz respeito ao próprio Programa Escolhas. Porque é que este programa, apesar de toda a eficácia e eficiência comprovadas pelas diferentes avaliações levadas a cabo, ainda é marcado pela precariedade, sempre na dependência de fundos europeus, e não faz parte das políticas, nomeadamente as locais, onde essas comunidades estão inseridas? Outra interrogação diz respeito à educação inclusiva, ou seja: faz sentido falar de inclusão e depois usar manuais escolares onde a realidade cigana é completamente ignorada?

Apontamos ainda algumas pistas para investigações futuras que, no nosso entender, deveriam ser exploradas pela comunidade científica. A primeira relaciona-se com o impacto do Programa Escolhas nas comunidades ciganas: que mudanças reais aconteceram ou qual o impacto do Programa Escolhas nos ciganos intervencionados, nas comunidades do distrito de Braga? A segunda relaciona-se com a continuidade do Programa Escolhas, que passa muito pela sustentabilidade, ou seja: quais as possibilidades de sustentar financeiramente estes projetos?

Para terminar, deixamos uma reflexão em forma de pergunta, que pode e deve ser feita por cada um de nós: se tivesse nascido no seio de uma comunidade cigana e residisse num bairro social ou acampamento, como seria hoje a minha vida?

### Referências bibliográficas

- ALTO Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. (2013). *Estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas*. [https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/Publicac%CC%A7a%CC%83o+ENICC\\_PT\\_bx.pdf/b20a9b54-a021-4524-87df-57a0a740057c](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/52642/Publicac%CC%A7a%CC%83o+ENICC_PT_bx.pdf/b20a9b54-a021-4524-87df-57a0a740057c)
- AMADO, J. (2013). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AMIGUINHO, A. (2020). Da investigação à intervenção com ciganos e da empatia com a comunidade. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Migrações, minorias étnicas, políticas sociais e (trans)formações. Mediação intercultural e intervenção social* (pp. 33-44). Edições Afrontamento.
- BELL, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação*. Gradiva.

- CALADO, P. (2016). Nota de abertura. In Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (Coord.), *Entre iguais e diferentes: A mediação intercultural. Atas das I Jornadas da Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural* (pp. 6-8). Alto Comissariado para as Migrações.
- CARMO, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.
- CARVALHAIS, G. (2013). Programa Escolhas. In O. Magano & M. M. Mendes (Orgs.), *Ciganos portugueses: Olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projectos de intervenção social e cultural* (pp. 30-38). Universidade Aberta.
- CASA-NOVA, M. J. (2006). A relação dos ciganos com a escola pública: Contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo e multidimensional. *Revista Interações*, 2(2), 155-182. <https://doi.org/10.25755/int.295>
- CASA-NOVA, M. J. (2009). *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos*. ACIDI.
- CASA-NOVA, M. J. (2020). Portugueses ciganos: Exclusão social ou não-integração? In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Migrações, minorias étnicas, políticas sociais e (trans)formações. Mediação intercultural e intervenção social* (pp. 49-70). Edições Afrontamento.
- CASTRO, A. (2010). Ciganos e desigualdades sociais: Contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista. *Fórum Sociológico*, 20, 11-19. <https://doi.org/10.4000/sociologico.139>
- COMISSÃO Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura. (2008). *Relatório das audições efetuadas sobre portugueses ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*. Assembleia da República. <https://www.obcig.acm.gov.pt/-/relatorio-das-audioes-efectuadas-sobre-portugueses-ciganos-no-ambito-do-ano-europeu-para-o-dialogo-intercultural>
- CORTESÃO, L., Stoer, S., Casa-Nova, M. J., & Trindade, R. (2005). *Pontes para outras viagens – Escola e comunidade cigana: Representações recíprocas*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- COSTA, P., Vieira, R., & Santos, R. (2018). Políticas sociais, mediação intercultural e intrapessoal com jovens institucionalizados. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Da mediação intercultural à mediação comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir* (pp. 207-232). Edições Afrontamento.
- DIAS, E. C., Alves, I., Valente, N., & Aires, S. (2006). *Comunidades ciganas: Representações e dinâmicas de exclusão/integração*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- EAPN Portugal, Associação Letras Nómadas & Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos. (2019). *Relatório de monitorização da sociedade civil sobre a implementação da estratégia nacional de integração das comunidades ciganas em Portugal. Avaliação de progresso em quatro áreas principais de políticas-chave: Educação, emprego, saúde e habitação*. Central European University.
- FLICK, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Monitor.
- GIMÉNEZ, R. C. (2010). *Mediação intercultural* [Cadernos de apoio à formação, 4]. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

- GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Principia Editora.
- LOPES, M. (2022). *O papel dos técnicos do Programa Escolhas na intervenção social com crianças, jovens e famílias de etnia cigana do distrito de Braga. A teoria e a prática da mediação intercultural* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional de Informação Científica do Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/7117>
- MAGANO, O. (2010). *“Tracejar vidas normais”. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa* [Tese de doutoramento, Universidade Aberta/DCSG de Lisboa]. Repositório Aberto da Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/1750>
- MAGANO, O., & Mendes, M. M. (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal [Número temático]. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15-35. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2263>
- MAGANO, O., & Silva, L. (2000). A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto. In *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade portuguesa: Passados recentes, futuros próximos* (pp. 1-11). Associação Portuguesa de Sociologia.
- MARQUES, J., Vieira, A., & Vieira, R. (2020). A diversificação da sociedade e a mediação intercultural como pedagogia social: O caso português. *Laplage em Revista*, 6(3), 54-63. <https://doi.org/10.24115/S2446-6220202063933p.54-63>
- MATIAS, C. (2016). *Projetos de vida labirínticos: Uma opção de vida ou uma vida sem opção?* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Institucional de Informação Científica do Instituto Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/1913>
- MATIAS, C., & Vieira, R. (2018). Vidas de rua: A mediação na (re)construção de projetos de vida. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Da mediação intercultural à mediação comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir* (pp. 25-44). Edições Afrontamento.
- MENDES, M. M. (2005). *Nós, os ciganos e os outros. Etnicidade e exclusão social*. Livros Horizonte.
- MENDES, M. M. (2015). Nos interstícios das sociedades plurais e desigualitárias: A situação social dos ciganos. In E. Martins, F. Mendes, R. Fernandes, & S. Fonseca (Coords.), *Modelos e projetos de inclusão social* (pp. 32-41). Escola Superior de Educação de Viseu.
- MENDES M. M., Magano, O., & Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Alto Comissariado para as Migrações.
- MENDES, M. M., Magano, O., & Candeias, P. (2019). Des-homogeneizar os ciganos portugueses: Perfis sociais e heterogeneidade sócio-cultural. *OBETS – Revista de Ciências Sociais*, 14(1), 49-87. <https://doi.org/10.14198/OBETS2019.14.1.02>
- MONTENEGRO, M. (2012). *Aprender a ser cigano, hoje: Empurrando e puxando fronteiras* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/7994>

- OLIVEIRA, A., & Freire, I. (2009). *Sobre... A mediação sócio-cultural* [Cadernos de apoio à formação, 3]. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- PROGRAMA Escolhas. (s.d.). *O que é o Programa Escolhas*. <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>
- PROGRAMA Escolhas. (s.d.). *Regulamento do Programa Escolhas – E8G*. [http://www.programaescolhas.pt/regulamento\\_e8g](http://www.programaescolhas.pt/regulamento_e8g)
- RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro. Diário da República n.º 7/2001, Série I-B. Aprova o programa de prevenção da criminalidade e inserção de jovens, denominado “Escolhas”.
- RESOLUÇÃO do Conselho de Ministros n.º 71/2020, de 15 de setembro. Diário da República n.º 180/2020, Série I. Aprova a 8.ª geração do “Programa Escolhas”, para o período de 2021 a 2022.
- SILVA, M., Silva, S., Pinto, M. G., Sobral, J. M., Ramos, M., Barbosa, M., Silva, I., Cid, C. S., Oliveira, C., Barbosa, S., Pimenta, S., Ribeiro, F. B., & Gomes, S. (2014). *A sina social cigana. Histórias, comunidades, representações e instituições*. Edições Colibri.
- SILVA, P. (2003). *Escola-família, uma relação armadilhada. Interculturalidade e relações de poder*. Edições Afrontamento.
- SILVA, P. (2014). Escolas, meios populares e mediação sociocultural. In M. Burgus (Coord.), *A escola e o mundo do aluno: Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola* (pp. 403-449). Editora Garamond.
- TORREMORELL, M. C. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto Editora.
- VIEIRA, A. (2016). *Educação social e mediação sociocultural*. Profedições.
- VIEIRA, A., & Vieira, R. (2016a). Mediação intercultural e intervenção social: Prevenção, resolução, tolerância e respeito. *Focus Social, Revista de Economia Social*, 9, 38-41. <http://hdl.handle.net/10400.8/2150>
- VIEIRA, A., & Vieira, R. (2016b). *Pedagogia social, mediação intercultural e (trans)formações*. Profedições.
- VIEIRA, A., & Vieira, R. (2017). Mediações socioculturais em territórios educativos. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Concepções e práticas de mediação intercultural e intervenção social* (pp. 29-56). Edições Afrontamento.
- VIEIRA, R., & Vieira, A. (2016). Mediações socioculturais: Conceitos e contextos. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Pedagogia de mediação intercultural e intervenção social* (pp. 27-56). Edições Afrontamento.
- VIEIRA, R., & Vieira, A. (2017). Construindo pontes e travessias: Das mediações sociais à mediação intercultural. *Medi@ções*, 5(1), 44-56. <https://doi.org/10.60546/mo.v5i1.150>
- VIEIRA, R., & Vieira, A. (2018a). Antropologia, direitos humanos, educação, e mediações socioculturais. In E. Nascimento, J. L. Gonçalves, & M. P. Gomes (Orgs.), *Ética: Dos fundamentos filosóficos aos princípios de ação. Direitos humanos, educação e intervenção social* (pp. 82-90). Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- VIEIRA, R., & Vieira, A. (2018b). Serviço social e mediação intercultural em contexto educativo. In J. L. Almeida & P. Sousa (Orgs.), *Serviço social na escola. Contributos para o campo profissional* (pp. 223-241). Edições Húmus.